ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS/PI: UM ESTUDO DE CASO

Josiel da Silva Valadão[1], Máyna Reis Lopes de Andrade[2]

[1] Aluno do Curso de Licenciatura Plena em Química – IFPI. e-mail: josiellvaladao@hotmail.com
[2] Aluna do Curso Superior em Tecnologia de Alimentos – IFPI. e-mail: mayna-reis@hotmail.com

Resumo: A pesquisa tem objetivo de analisar aspectos relacionados ao atendimento educacional especializado (AEE), através de um estudo de caso, verificando assim possíveis impedimentos ao processo de ensino-aprendizagem de um aluno cego da Escola Municipal Monsenhor Deusdet Craveiro de Melo (CAIC) no Município de José de Freitas/PI, a partir de perguntas semi-estruturadas referentes às necessidades de aprendizagem, estratégias e recursos específicos para o atendimento ao aluno cego, além do apoio da família à criança. Os impedimentos ao ensino especializado para um aluno deficiente visual são provocados quando não há formação especializada por parte do professor e recursos oferecidos pela escola, quando também o apoio da família consiste em não acreditar nas potencialidades da criança. Conclui-se que o aluno cego é desmotivado tornando mero espectador da sala de aula, onde as escolas devem cumprir as leis que explicitam esta política de inclusão escolar oferecendo todo o aparo as necessidades específicas dos alunos. Ao fim são apresentadas soluções que possam de fato atender a necessidade deste aluno, como também possibilitar a efetivação do processo de inclusão.

Palavras–chave: aluno cego, inclusão, atendimento educacional especializado

1. INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil surge ligada a movimentos inclusivos que aconteciam na Europa. Na década de 1990 acontecia a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais promovida pela UNESCO. A partir desse evento surgiu a Declaração de Salamanca onde exerceu importante influência na formulação das políticas de educação. Também na década de 90 intensos debates sobre o Atendimento Educacional Especializado no Brasil aconteciam, provocados por publicações acadêmicas que tentavam entrar em um consenso ao local de atendimento à pessoa que necessitava de atendimento especializado, se acontecia na escola regular ou em instituições especializadas.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2008).

À família, base do desenvolvimento do ser humano, cabe a tarefa de oferecer ao portador de deficiência visual condições para seu crescimento como indivíduo, tornando-o capaz de ser feliz e produtivo, dentro de sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites. Embora nem sempre seja fácil, a família precisa entender que o portador de deficiência é, antes de mais nada e acima de tudo, uma pessoa total, evitando focalizar a atenção na cegueira, ou na baixa capacidade visual. A primeira atitude importante consiste em acreditar nas potencialidades da criança, considerando-a a capaz de estudar, de ser independente, de trabalhar, praticar esportes e tantas outras coisas que seus amigos

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

fazem. Para muitos portadores de deficiência, a maior dificuldade está na falta de oportunidades (GIL, 2000).

É de suma importância para o desenvolvimento sensorial do aluno cego que as escolas tenham estratégias, recursos, currículos específicos para que atendam as necessidades específicas de aprendizagem de forma que assegure a conclusão do ensino fundamental, mesmo devido a deficiência desse aluno.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.(BRASIL, 2008).

Em geral, os alunos com deficiência visual são alfabetizados por professores especializados e em seguida integrados às classes comuns do ensino regular. A partir daí, freqüentam a classe comum em um turno e a sala de recursos, ou outro tipo de assessoria, em outro. (GIL, 2000).

Porém, é a inclusão desses alunos nas escolas que deve ser feita de maneira que os sistemas educacionais se adéqüem juntamente com professores dotados de habilidades que tornem o aprendizado flexível, podendo assim, suprir as necessidades individuais de todos os alunos.

A inclusão de alunos deficientes visuais possibilita não só a esses, mas a todos que são descriminados seja por uma deficiência, ou classe social, ocupem espaço na sociedade. Caso isso não ocorra, esses alunos serão sempre dependentes e quando adultos ficarão limitados a exercer a cidadania. Sendo assim, objetivamos através de um estudo de caso, analisar como é feito o atendimento educacional especializado, verificando também, possíveis impedimentos ao processo de ensino-aprendizagem.

2. METODOLOGIA

Analisando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, sentimos a necessidade de levantar dados acerca desta inclusão, se a mesma está sendo oferecida para alunos que possuem deficiência visual.

A pesquisa foi do tipo estudo de caso, onde foi entrevistado um aluno cego do 2º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Monsenhor Deusdet Craveiro de Melo (CAIC) no Município de José de Freitas/PI. Na entrevista foram abordadas questões semi-estruturadas referentes às necessidades de aprendizagem, estratégias e recursos específicos para o atendimento ao aluno cego, além do apoio da família à criança.

O Estudo de Caso como ferramenta de investigação científica é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem sucedidas, para avaliação de modelos exemplares (YIN, 2001 apud MARTINS, 2008).

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.1 O aluno

Com a entrevista percebeu-se que o aluno deficiente visual gostava de freqüentar as aulas, porém nos primeiros dias sentia-se envergonhado como é comum na maioria das pessoas e aos poucos foi interagindo com colegas da turma. Neste aspecto ele tinha uma ótima relação com os colegas da turma, afirmando que gostava muito quando a professora levava às vezes cartazes com desenhos em

alto relevo e o alfabeto, no entanto as dificuldades aconteciam quando a professora começava a ditar e ele não sabia o que fazer, pois pouco utilizava o Braille.

A professora entrevistada afirmou que ele era inteligente, muito curioso, mas pouco motivado pela família, onde assim sentia-se desmotivado para freqüentar as aulas. Apesar de se expressar muito bem procurando resolver algo quando o interessava segundo a professora, o mesmo não se manifestou para aprender a utilizar o Braille.

De fato o processo de ensino/aprendizagem apenas será favorecido a esse aluno se o mesmo utilizar de forma eficiente material em Braille. Sendo assim, a professora teria que procurar métodos para ensiná-lo e propor soluções ao desinteresse do aluno para que ele possa prosseguir normalmente nos estudos.

3.2 O professor

A professora entrevistada abordou que não tinha nenhuma capacitação para atender as necessidades do aluno, vale ressaltar que possuía apenas o ensino fundamental completo. De acordo com (GIL, 2000), os alunos com deficiência visual são alfabetizados por professores especializados, porém na pesquisa mostra-se a total incapacidade da professora em oferecer ensino especializado a esse aluno deficiente visual, onde o mesmo terá uma aprendizagem desgastante e incorreta.

Foi esclarecida a professora algumas estratégias de ensino para alunos cegos durante o estudo de caso, como exemplo, impressoras Braille, como a Tiger Max. Indicamos a professora que se qualificasse na utilização de materiais utilizados no ensino a alunos cegos como o reglete, soroban, punção e máquina de datilografia, para que fosse possível a transcrição das atividades passadas em sala de aula para o Braille, podendo assim o aluno realizar suas atividades normalmente.

3.3 Atendimento Educacional Especializado

A escola apesar de ter um amplo espaço para recreação era pouca utilizada pelo aluno, o mesmo se excluía até mesmo da sala de aula, dessa maneira poucas eram as atividades que ele realizava, como exemplo, uma carta em alto relevo. Neste aspecto faltam materiais adequados, inclusive professor capacitado e a escola necessita de reforma para garantir a acessibilidade de deficientes visuais, pois não há faixas e sinalizações, como também não há uma sala com recursos ao atendimento educacional especializado.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo assim, direito do aluno uma sala de aula especializada para atender as suas necessidades de aprendizagem.

Algumas tecnologias adquiridas pela escola que ajudariam no ensino a este aluno seriam o DOSVOX que se comunica com o usuário através de sintetizadores de voz, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ), o Jaws da Freedom Scientific e o Virtual Vision da MicroPower, que lêem o conteúdo da tela do computador em voz alta.

3.4 A Família

A professora citou que a família não apóia o aluno. Apenas a mãe do aluno participou de uma reunião na Escola reivindicando aulas especializadas, com materiais adequados para atender a necessidade do seu filho. A família é essencial ao desenvolvimento do aluno deficiente visual, como diz (Gil, 2000) que a primeira atitude importante consiste em acreditar nas potencialidades da criança, considerando-a a capaz de estudar e de ser independente.

Neste ponto é importante que a família perceba que só realizando tarefas que envolvam a percepção tátil e os aspectos sensoriais conseguirá de fato tornar a criança participativa das aulas. A Escola Municipal Monsenhor Deusdet Craveiro de Melo não oferece tais recursos para o desenvolvimento desta criança, portanto, é aconselhável que a família a matricule em um Centro de Apoio Pedagógico para deficientes visuais, onde fossem disponibilizados materiais com relevo.

4. CONCLUSÕES

Concluímos que a educação hoje está iniciando seu papel como escola inclusiva, mas ainda há um grande caminho a percorrer. Deve ser garantida à permanência do aluno deficiente visual na escola com todos os recursos e estratégias de ensino disponíveis atualmente, pois a Lei de Diretrizes e Bases assegura em virtude de alguma deficiência, métodos específicos para atender tais necessidades, neste caso, a deficiência visual. Sendo assim, as escolas devem cumprir as leis que explicitam esta política de inclusão escolar, onde a nossa Constituição desde 1988 tem garantido acesso ao Ensino Fundamental a todos os alunos com necessidades especiais recebendo atendimento educacional especializado.

A educação para um aluno deficiente visual requer professores especializados que apliquem métodos e técnicas específicas para esta área, como também necessita de sinalizações e equipamentos especiais, adições curriculares ou adaptações. Portanto, todos estes aspectos devem ser inseridos na Escola Municipal Monsenhor Deusdet Craveiro de Melo (CAIC) em José de Freitas/PI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 7 abril 2012.

GIL, Marta (Org.), **Deficiência visual.** Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf >. Acesso em: 7 maio 2012.

MARTINS, G. de A., **Estudo de Caso: Uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil.** São Paulo: RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.